FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

O CONTRATO DE PROGRAMA NA LEI FEDERAL N. 11.107/05

São Paulo
2011

ANA CAROLINA CAVALCANTI HOHMANN

O CONTRATO DE PROGRAMA NA LEI FEDERAL N. 11.107/05

Dissertação apresentada à Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Justino de Oliveira

São Paulo
2011

RESUMO

O presente trabalho tem como escopo analisar a figura jurídica do “contrato de programa”, instituída pela Lei federal n. 11.107/05, como modalidade contratual apta e adequada a viabilizar a prestação de serviços públicos em regime de gestão associada entre os entes federativos ou entre estes e um consórcio público. O contrato de programa está inserido numa nova racionalidade administrativa, imprimida no Brasil com relevo a partir da publicação da Emenda Constitucional n. 19/98 – racionalidade esta segundo a qual a Administração Pública tem o seu caráter impositivo e de unilateralidade arrefecido, em prol da concertação, tanto entre os entes públicos, quanto entre estes e entidades privadas. Nesse contexto, o contrato administrativo adquire novos contornos, celebrando o acordo e a consensualidade entre as partes em prol da obtenção de melhores resultados e da eficiência administrativa. A Emenda Constitucional n. 19/98, ao inserir na Constituição da República o artigo 241, referendou a cooperação entre entes federativos, já prevista no parágrafo único de seu artigo 23, ao autorizar a gestão associada de serviços públicos. Entretanto, somente em 06 de abril 2005 essa atuação cooperativa no âmbito da prestação de serviços públicos é regulamentada, com o advento da Lei federal n. 11.107. Nessa égide, a figura jurídica do contrato de programa será examinada num cenário de transformação do instituto do contrato administrativo e inserida no modelo de federalismo cooperativo vigente no Brasil. Ao final, serão apreciados alguns instrumentos jurídicos que demonstram como vêm se dando as experiências de gestão associada de serviços públicos desde o advento da Lei federal n. 11.107/05 na seara do saneamento básico.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the “public-public partnership agreement”, grounded on the Brazilian legislation by the Federal law n. 11.107/05, as the appropriate instrument to enable the associated provision of public services between the federated units or between those and a public consortium. The public-public partnership agreement is inserted in a new administrative rationality, which gained relevance in Brazil as the Constitutional Amendment n.19/98 was published. According to this rationality, the Public Administration has its usual authoritarian and unilateral behaviors diminished, leaving more room for administrative concertation between federate units, as well as between those and private entities. In this context, the administrative contract acquires new configurations, giving emphasis to the agreement and to consensuality between the parts involved, aiming better results and administrative efficiency. The Constitutional Amendment n.19/98, as it inserts the article n. 241 in the Federal Constitution text, endorsed the cooperation between federated units, which was already predicted on its article 23, single paragraph, as it authorized the associated management of public services. However, only on April 6th 2005 this cooperative performance, on what concerns the provision of public services is ruled, as the Federal law n. 11.107 is published. Accordingly, the public-public partnership agreement will be examined in a scenery of transformation in the administrative contract configuration and situated in the cooperative federalism structure adopted in Brazil. At the end, some legal instruments on sanitation will be examined, in order to illustrate how the experiences concerning the public services associated management have been taking place since the publication of the Federal law n. 11.107/05.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 A CONTRATUALIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6
1.1 Um breve histórico sobre o contrato administrativo	6
1.2. Panorama atual dos contratos administrativos no direito brasileiro.....	15
1.3 O contrato administrativo em transformação: eclosão da administração pública consensual e contratualização da atividade administrativa	26
1.4 As novas modalidades contratuais administrativas e os contratos interadministrativos.....	38
1.4.1. Os contratos interadministrativos no direito europeu.....	43
1.4.1.1. A experiência espanhola	44
1.4.1.2. A experiência francesa.....	53
1.4.1.3. A experiência italiana	57
2 COMPETÊNCIAS FEDERATIVAS EM MATÉRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS: O MODELO FEDERALISTA E A DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	60
2.1 O modelo federalista	60
2.2. O Federalismo brasileiro	64
2.2.1 Repartição de competências no modelo federalista brasileiro	67
2.3 O Federalismo de cooperação	76
2.4 Cooperação e o ordenamento jurídico brasileiro	82
3 O CONTRATO DE PROGRAMA E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS EM REGIME DE GESTÃO ASSOCIADA, INSTITUÍDA PELA LEI FEDERAL N. 11.107/05	91
3.1 A Lei Federal n.º 11.107/05, que regulamenta os consórcios públicos	91
3.1.1 Aspectos formais da Lei federal n.º 11.107/05.....	93
3.1.2 Aspectos materiais da Lei federal n.º 11.107/05	97
3.2 O contrato de programa e a prestação de serviços públicos em regime de gestão associada	111
3.2.1. Gestão associada de serviços públicos	114
3.2.2 O contrato de programa na legislação brasileira	124
3.3. Instrumentos anteriores ao contrato de programa para viabilizar a gestão associada de serviços públicos	139
4 A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS SOB REGIME DE GESTÃO ASSOCIADA POR MEIO DO CONTRATO DE PROGRAMA: EXPERIÊNCIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA NA SEARA DO SANEAMENTO BÁSICO	150
4.1 A Lei Federal n.º 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.....	150
4.2 A experiência paulista: o contrato de programa celebrado entre os municípios do estado de São Paulo e a SABESP	164
4.3 A experiência pernambucana: o contrato de programa celebrado entre o município do Recife e a COMPESA.....	179
4.4 A experiência de Curitiba e região metropolitana: o consórcio intermunicipal para a gestão dos resíduos sólidos urbanos.....	197
CONCLUSÃO.....	204
REFERÊNCIAS	209
ANEXOS	224

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende estudar a figura jurídica do contrato de programa instituída pela Lei federal n. 11.107/05, como modalidade de cooperação interfederativa útil à prestação de serviços públicos sob regime de gestão associada pelos entes federados, inserido na perspectiva de uma Administração Pública que atua de forma concertada.

Apesar da importância e atualidade do tema, um levantamento da literatura jurídica nacional demonstra que ele ainda é pouco estudado, sendo escassa a bibliografia que trata da matéria em profundidade.

Paralelamente, associado à ainda recente vigência da Lei federal n. 11.107/05, também são escassos os contratos de programa celebrados entre entes federados para a prestação de serviços públicos sob regime de gestão associada. Assim, é premente o estudo do tema, especialmente ante as soluções no âmbito da eficiente prestação de serviços públicos que a atuação cooperativa entre entes federados é capaz de viabilizar.

Faz-se importante compreender o Direito Administrativo face à realidade, e não apenas como uma teoria autônoma. Deve-se tomá-lo como instrumento da ação administrativa, dotado de mecanismos capazes de promover uma Administração Pública mais eficiente e capaz de responder aos anseios dos administrados. Como afirma John Eberhard Schmidt-Assmann, a prática cotidiana não só está sujeita ao Direito, mas também o conforma e o impregna¹.

Nesse diapasão, o contrato de programa é um instituto jurídico com nítido esteio na realidade. Decorre da necessidade de os entes federados cooperarem e atuarem de modo coordenado para a consecução de objetivos comuns ou próprios. Se outrora o faziam de modo informal ou mediante convênios, ante o advento do contrato de programa, a prestação de serviços públicos sob regime de gestão associada adquire não apenas contornos formais, mas também segurança jurídica e estabilidade.

O contrato de programa se insere num contexto de transformação do modo de atuação da Administração Pública brasileira e dos instrumentos que lhe são úteis à realização de suas finalidades e à consecução do interesse público, em especial do contrato administrativo.

¹ SCHMIDT-ASSMANN, John Eberhard. *La teoría general del derecho administrativo como sistema*. Madrid: Marcial Pons, 2003. p. 13.

Também é consonante à racionalidade cooperativa imprimida ao Estado brasileiro, em todas as esferas, desde o advento da Constituição da República de 1988.

Como fatores que contribuíram a esse novo agir da Administração Pública, têm-se a maior proximidade entre Estado e sociedade e a heterogeneidade de interesses detectados numa sociedade complexa, que estimulam o Poder Público a debater com os interessados a sua atuação. A emersão de interesses metaindividuais e a demanda por uma atividade administrativa mais racional, simplificada, eficiente e produtiva, melhor obtida quando existe consenso acerca das políticas públicas e das decisões a serem adotadas, também colaboram ao surgimento e multiplicação dos instrumentos consensuais.

Essas mudanças são perceptíveis, no Brasil, em especial, no bojo da Reforma do Aparelho do Estado cujo marco normativo foi a publicação da Emenda Constitucional n. 19/98.

A emenda traz profundas mudanças para a Administração Pública, apontando na direção de um Estado menos centralizador e mais próximo de seus administrados, que, na consecução dos interesses públicos, deve considerar princípios até então não contemplados pelo texto constitucional, como a eficiência, a impessoalidade e a razoabilidade. Essa nova configuração do ente estatal distancia-se da posição autoritária, rumo à concertação² e à composição de interesses, imprimindo significativas mudanças na forma como é pensado o Direito Administrativo – especialmente no atinente à prestação de serviços públicos e aos instrumentos jurídicos firmados pela figura do Estado.

Nessa nova realidade, o contrato administrativo clássico cede espaço a novas modalidades contratuais, que têm como tônica o consenso, o acordo e a cooperação – seja ela entre entes estatais ou entre estes e particulares.

Consoante a essa lógica consensual e afeita à descentralização, foi inserido no texto constitucional o atual artigo 241, preceituando a possibilidade de gestão associada de serviços públicos por meio de consórcios públicos, posteriormente regulamentado pela Lei federal n. 11.107/05.

O contrato de programa constitui um dos principais mecanismos da gestão associada de serviços públicos. Trata-se da modalidade contratual adequada para que dois ou mais entes

² Nesse sentido, Diogo de Figueiredo Moreira Neto. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Mutações do direito público*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 236-237.

federativos, ou entes federativos e um consórcio público, constituam obrigações mútuas referentes à prestação de um determinado serviço público, no âmbito da gestão associada.

A temática da prestação de serviços públicos e da possibilidade de esta se dar de forma associada nos remete ao estudo da forma de organização do Estado brasileiro enquanto federação, fazendo-se pertinente uma análise da repartição de competências legislativas e materiais entre as entidades federativas.

Num Estado federal, cada um dos entes que o compõem é dotado de autonomia (ainda que não sejam soberanos) e de poderes e competências próprias, *a priori* invioláveis. Isso significa que a esfera de competências atribuídas a um determinado ente estatal não pode ser invadida por outro ente da Federação, sob pena de violação do princípio federativo.

Contudo, há competências que, nos termos do que dispõe o artigo 23 da Constituição da República, podem ser exercidas pela União, Estados e Municípios, concomitantemente – são as denominadas “competências comuns”. É que, “para a defesa e o fomento de certos interesses, o constituinte desejou que se combinassem os esforços de todos os entes federais”³. Ademais, da leitura do dispositivo – especificamente de seu parágrafo único – denota-se com clareza que o federalismo brasileiro possui um caráter cooperativo, estimulando a colaboração entre os entes federados.

Nessa égide, as searas das competências comuns atribuídas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, se mostra prolífica ao desenvolvimento dos consórcios públicos e dos contratos de programa.

A concepção de cooperação entre os entes federados, especialmente no que tange a prestação de serviços públicos em regime de gestão associada, é consentânea com a já mencionada perspectiva contemporânea de Estado e de Administração Pública consensual, que estimula o diálogo entre os entes públicos e entre estes e os particulares. É também consoante à finalidade maior da Administração Pública, qual seja a consecução do interesse público, compreendido não como um conjunto de interesses definidos pelo ente estatal, mas como aqueles que são caros aos seus administrados.

A legislação pátria já absorveu essa racionalidade de caráter cooperativo, que deve permear a atuação do administrador. Ela está expressa, por exemplo, na Lei federal n. 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

³ MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 774.

Tem-se, portanto, que a cooperação interfederativa, propugnada em 1998 pelo legislador constitucional, é, finalmente, uma realidade. Abrange, inclusive, a prestação de serviços públicos propriamente dita, a qual, ante o advento da Lei federal n. 11.107/05 pode ser realizada sob regime de gestão associada, instrumentalizada pelo contrato de programa.

Para realização do presente trabalho, foi utilizado o método dedutivo, com o estudo analítico e interpretativo da bibliografia existente sobre o tema, bem como dos diplomas normativos brasileiros que disciplinam a matéria, em especial a Lei federal n. 11.107/05 e o Decreto federal n. 6.107/07, em cotejo com a Constituição da República.

Os trechos reproduzidos de obras doutrinárias estrangeiras foram traduzidos livremente, sendo, portanto, de minha responsabilidade eventuais incorreções.

O estudo será realizado em 4 etapas.

No primeiro capítulo será analisada a contratualização na atuação da Administração Pública. Para tal, será traçado um breve histórico da figura do contrato administrativo até o presente, sendo apreciadas as alterações sofridas pelo instituto e sua conformação atual, enfatizando-se as avenças celebradas entre mais de um ente administrativo – espécie em que se enquadram os contratos de programa.

No capítulo seguinte será examinado o modelo federalista brasileiro, enfatizando-se o seu viés cooperativo, que estimula as ações conjuntas entre entes federados.

O capítulo três tem como objeto principal a prestação de serviços públicos em regime de gestão associada e o contrato de programa como espécie contratual hábil à concretização desse fim. Aqui será analisada a Lei federal n. 11.107/05 – lei de consórcios públicos, as inovações por ela trazidas e sua operacionalidade.

No capítulo final da presente dissertação serão apreciados três instrumentos jurídicos que retratam experiências de gestão associada de serviços públicos. Todos eles se referem à seara do saneamento. O primeiro deles consiste no contrato de programa celebrado entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP e os municípios paulistas. O segundo instrumento examinado é o contrato de programa celebrado entre a Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA e o Município do Recife. Por fim, será apreciado o Protocolo de Intenções que originou o Consórcio Intermunicipal para a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos – CONRESOL, celebrado entre o município de Curitiba e municípios de sua região metropolitana. Os instrumentos serão examinados sob um viés descritivo, buscando enquadrá-los na legislação pertinente.

Ao final, são trazidos como anexos o texto da Lei federal n. 11.107/05 e do Decreto federal n. 6.017/07, que regulamenta a primeira. Também constam em anexo, com o intuito de ilustrar a presente análise e permitir ao leitor visualizar algumas práticas de prestação de serviços públicos sob regime de gestão associada vigentes, as minutas dos instrumentos comentados no capítulo quatro.

CONCLUSÃO

A figura jurídica brasileira do contrato de programa, instituída pela Lei Federal n. 11.107/05, emerge no bojo de uma nova realidade administrativa, que se desenvolveu, em especial, no final do século XX e início do século XXI, a partir do movimento de reforma do Estado.

Essa nova realidade administrativa caracteriza-se por um novo modo de agir do Estado, como alternativa ao modelo clássico cunhado na imperatividade e na hierarquia e denota significativas mudanças em sua atuação – tanto no que se refere às relações estabelecidas com entes privados, quanto àquelas celebradas com entes públicos. Trata-se da Administração Pública Consensual ou Administração Pública Concertada.

A Administração Pública Consensual tem como um de seus principais fundamentos o diálogo e a idéia de que a partir de ações concertadas e conjuntas entre os diversos atores, públicos ou privados, derivam resultados mais benéficos à população.

Tem-se que a identificação dos interesses públicos, cuja realização é um dos principais escopos dos entes administrativos, se dá de modo mais palatável num ambiente dialógico, que permite ao administrador apreender as necessidades reais dos cidadãos. Ademais, ações conjugadas entre entes administrativos, especialmente no âmbito da execução de serviços públicos, costumam culminar no atingimento de melhores resultados, com menor dispêndio de recursos, celebrando os princípios da eficiência e da economicidade.

Ante essa nova perspectiva de atuação estatal, mediante uma Administração Pública dialógica e num contexto de cooperação interfederativa, com a atuação conjugada e harmoniosa dos entes estatais entre si e com seus órgãos, a figura jurídica do contrato adquire crescente destaque.

Todavia, o instrumento ganha relevância especialmente sob novos contornos, diversos daqueles típicos do contrato administrativo clássico, fundado na hierarquia e na desigualdade das partes contratantes, de cunho eminentemente patrimonial. O contrato passa a ser compreendido como instrumento de cooperação e de coordenação de atividades realizadas por entes diversos – públicos e privados. Deixa, portanto, de ser útil apenas à realização de interesses opostos e torna-se instrumento para a consecução de interesses comuns, tornando-se verdadeira ferramenta para a realização de finalidades de índole pública. É nessa égide que

se tem a denominada “contratualização da atividade administrativa”, caracterizada por um novo modo de agir, que atribui flexibilidade à atuação da Administração pública, ao ampliar a participação dos diversos agentes públicos e sociais e infligir responsabilidades aos diversos sujeitos envolvidos.

O modelo federalista do Estado brasileiro, propugnado pela Constituição da República de 1988 e caracterizado por um viés cooperativo, como apregoa o parágrafo único de seu artigo 23, se mostra receptivo ao movimento de contratualização na esfera pública, em especial para o exercício das competências comuns da União, do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como para a consecução de outros objetivos afins de mais de um ente federativo.

O artigo 241 do texto constitucional, inserido pela EC n. 19/1998, publicada no seio da reforma do Estado, evidencia a importância da cooperação entre os entes federativos ao autorizar a gestão associada de serviços públicos.

Ademais, a cooperação federativa é uma exigência da realidade, ante a escassez de recursos financeiros que torna, muitas vezes, entes federativos incapazes de adimplir suas obrigações constitucionais e prestar de modo adequado os serviços públicos de sua competência a seus cidadãos autonomamente. Em outros casos, mesmo sendo capaz de executar determinado serviço individualmente, a economia advinda de sua prestação sob regime de gestão associada torna esta possibilidade muito mais conveniente ao administrador, que poderá atender um maior número de demandas da população com menor dispêndio de recursos. Não obstante, existem ainda as situações nas quais questões de ordem geográfica obrigam a ação cooperativa entre os entes federativos na execução de determinados serviços. Assim, a cooperação sinaliza em direção a arranjos político-administrativos que permitam o desenvolvimento mais eficiente das competências constitucionalmente atribuídas aos entes federativos.

É nesse contexto, de contratualização da atividade da Administração Pública e de cooperação entre os entes federados, que está inserido o instituto jurídico do contrato de programa, trazido pela Lei federal n. 11.107/05, enquanto espécie contratual apta a viabilizar e a consolidar a prestação de serviços públicos sob regime de gestão associada.

Trata-se de contrato interfederativo, “por meio do qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro ente federativo ou para com o consórcio público, no âmbito da prestação de

serviços públicos por meio de cooperação federativa”⁴³⁷. Por meio dele as partes signatárias, uma vez acordada a atuação cooperativa e a gestão associada de serviços públicos entre os entes federativos competentes, definem de modo pormenorizado a forma de sua atuação, seus deveres e responsabilidades.

Note-se que tanto a Lei federal n. 11.107/05, quanto o Decreto n. 6.017/07, ao disciplinar a primeira, não trazem disposições exaustivas quanto à disciplina do contrato de programa, elencando apenas algumas cláusulas essenciais e impondo o dever de observância à legislação de concessões. Portanto, confere significativa liberdade às partes para regularem a relação jurídica entre elas estabelecida, não obstante a necessidade de atenderem também à legislação específica incidente sobre o serviço público objeto da gestão associada. Nessa égide, constata-se que o contrato de programa cria um regime jurídico especial à prestação de um determinado serviço público em regime de gestão associada, ante o regime jurídico geral instituído pela Lei.

São muitas as vantagens advindas do contrato de programa instituído pela Lei federal n. 11.107/05. Ao constituir e regular as obrigações de um ente da Federação para com outro ente federativo ou para com um consórcio público de que seja parte, ou, ainda para com ente integrante da Administração Pública indireta de ente federativo consorciado, o contrato de programa confere segurança jurídica às relações firmadas.

Isso se torna ainda mais evidente por se tratar de um instituto estável, que subsiste mesmo à extinção do consórcio público autorizativo da gestão associada. Nesse diapasão, o contrato de programa se mostra uma ferramenta mais apta à disciplina da prestação de serviços públicos por meio de cooperação federativa dos que os convênios administrativos de outrora, cuja precariedade colocava em risco as relações firmadas entre os entes administrativos e a continuidade dos serviços públicos, podendo ocasionar danos à população, não obstante a violação de um dos princípios reitores da Administração Pública.

Ainda, ao materializar a prestação de serviços públicos em regime de gestão associada, o contrato de programa celebra o princípio constitucional da eficiência, que deve reger a Administração Pública em toda a sua atuação. Isso se deve ao fato de o modelo ter como consequência, usualmente, a economia de recursos, ao permitir um ganho de escala e diluição de custos fixos.

⁴³⁷ Conforme define o Decreto federal n. 6.017/07, em seu artigo 2º, inciso XVI.

Não obstante, a segurança jurídica conferida por essa espécie contratual, uma vez que delimita com clareza os deveres das partes contratantes, paralelamente à sua estabilidade, consigna às partes maior confiabilidade para a contratação de financiamentos e atração de investimentos para a execução de eventuais obras necessárias à prestação dos serviços objeto da gestão associada.

Entretanto, o uso do contrato de programa pela Administração Pública brasileira é ainda bastante tímido, conforme se constata de um exame das práticas nacionais. Nota-se que o convênio continua sendo um instrumento ainda utilizado para finalidades que seriam mais bem atendidas pelo contrato de programa, o que sugere um desconhecimento das ferramentas trazidas pela Lei federal n. 11.107/05. Não obstante, persiste uma confusão entre os conceitos de consórcio público e de contrato de programa, sendo muitas vezes utilizado o primeiro para disciplinar a prestação de serviços públicos em regime de gestão associada, quando a modalidade adequada seria a segunda.

Na seara dos serviços públicos de saneamento básico, o contrato de programa vem sendo utilizado com maior regularidade. Isso se deve, aparentemente, em virtude do modelo de prestação dos serviços de saneamento básico instituído em grande parte do Brasil, em que se desenvolveram companhias estaduais de saneamento para a prestação de serviços compreendidos como de interesse local – e, portanto, de competência municipal, segundo o texto da Constituição da República de 1988. Ademais, muitos dos serviços compreendidos no conceito de saneamento básico inspiram a gestão associada, por excederem fronteiras geográficas, demandando a atuação cooperada. Ainda, a Lei federal n. 11.445/07 faz menção expressa ao contrato de programa como meio apto a viabilizar a execução dos serviços, referendando, assim, a sua utilização.

Faz-se importante a expansão da prática da prestação de serviços públicos sob regime de gestão associada pelas administrações públicas brasileiras, especialmente ante uma realidade em que convivem a escassez de recursos financeiros e a exigência pela expansão de diversos serviços e por sua melhor prestação.

A cooperação entre entes federativos não representa apenas a economia de gastos, mas também a troca de experiências, maior transparência em decorrência da diversidade de agentes políticos envolvidos e a possibilidade de implementar políticas públicas tidas como prioridades regionais. Além disso, a melhor prestação de serviços públicos à população

representa em muito a realização e a garantia de seus direitos fundamentais e a via cooperativa se mostra útil a esse objetivo.

Assim, o contrato de programa, à medida que possibilita a cooperação entre os entes federativos de modo seguro e estável, é tipo contratual relevante de que é detentora a Administração Pública para o melhor cumprimento de seus deveres no que se refere à prestação de serviços públicos, devendo seu uso ser expandido pelos administradores brasileiros.

REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, Fernando Luiz; COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. *Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer – Stiftung, 1998.

AICARDI, Nicola. La disciplina generale e i principi degli accordi amministrativi: fondamento e caratteri. *Rivista trimestrale di diritto pubblico*, Roma, v. 47, n. 1, p. 159, 1997.

ALBERTÍ ROVIRA, Enoch. Los convenios entre el Estado y las Comunidades Autónomas. *Anuario de Derecho Constitucional y Parlamentario*, n. 2, p. 71- 104, 1990.

ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. Contratos administrativos. In: JABUR, Gilberto Haddad; PEREIRA Jr., Antonio Jorge (Coord.). *Direito dos contratos II*. São Paulo: Quartier Latin, 2008. p. 194-216.

_____. *Competências na constituição de 1988*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ALVES, Alaôr Caffé. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões: novas dimensões constitucionais da organização do Estado brasileiro. *Revista de Direito Ambiental*, v. 21, n. 6, p. 57-77, jan./mar., 2001.

ALVES, Vladimir. *Comentários à lei dos consórcios públicos*. São Paulo: Leud, 2006.

ALZAGA VILLAMIL, Oscar (Dir.). Comentarios a la Constitución Española de 1978. Madrid: Edersa, 1999. tomo XI.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Administração pública policêntrica. *Revista de direito administrativo*, Rio de Janeiro, n. 227, p. 131-150, jan./mar., 2002.

_____. *Direito dos Serviços Públicos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

ARAÚJO, Edmir Neto de. Contratos da Administração: novas modalidades. *Direito Administrativo, Contabilidade e Administração Pública*, São Paulo, v. 3, n. 12, p. 21-45, 1999.

ARAÚJO, Marcos Paulo Marques. Adoção da gestão associada para a prestação da disposição final de resíduos sólidos urbanos à luz da Lei n. 11.445/07, lei de saneamento básico (lsb). *Forum de direito urbano e ambiental*, Belo Horizonte, v. 6, n. 35, p. 40-54, set./out., 2007.

ARIÑO ORTIZ, Gaspar. El retorno a lo privado: ante una nueva encrucijada histórica. In: ARIÑO ORTIZ, Gaspar. *Privatización y liberalización de servicios*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1999. p. 19-35.

_____. *Principios de derecho público económico: modelos de Estado, gestión pública, regulación económica*. Granada: Comares, 1999.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Natureza e regime jurídico das autarquias*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968.

_____. *Prestação de Serviços Públicos e Administração Indireta*. São Paulo: Ed. RT, 1973.

BARBOSA, Maria Elisa Braz; PIRES, Maria Coeli Simoes; TEIXEIRA, Ana Carolina Wanderley. *Consórcios públicos: instrumento do federalismo cooperativo*. Belo Horizonte: Forum, 2008.

BARRACHO, José Alfredo de Oliveira. *Teoria geral do federalismo*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

BARROSO, Luis Roberto. *O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da constituição brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1993.

_____. *Interpretação e aplicação da constituição*. São Paulo: Saraiva, 1996.

_____. Saneamento básico: competências constitucionais da União, Estados e Municípios. *Revista Diálogo Jurídico*, Salvador, CAJ - Centro de Atualização Jurídica, nº. 13, abr./maio, 2002. Disponível em: <<http://www.direitopublico.com.br>>. Acesso em: 24 de abril de 2010.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de direito constitucional*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1989.

_____. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Celso Bastos, 2002.

BERCOVICI, Gilberto. *Dilemas do estado federal brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

BERCOVICI, Gilberto; SIQUEIRA NETO, José Francisco. O artigo 23 da Constituição de 1988 e as competências comuns. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*. Belo Horizonte, v. 2, n. 6, p. 49-65, abr./jun., 2008.

BERÇAITS, Miguel Angel. *Teoría general del contrato*. Buenos Aires: Depalma, 1980.

BERTI, Giorgio. Il principio contrattuale nell'attività amministrativa. In: *Scritti in onore di Massimo Severo Giannini*. Milano: Giuffrè, 1988. v. 2, p. 47-65.

BINENBOJM, Gustavo. *Temas de direito administrativo e constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008a.

_____. *Uma teoria do direito administrativo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008b.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 13. ed. Brasília: Editora UnB, 2007. v. 1.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência política*. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

_____. *Do estado liberal ao estado social*. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

_____. *A constituição aberta: temas políticos e constitucionais da atualidade, com ênfase no federalismo das regiões*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BORELLI, Raul Felipe. Aspectos jurídicos da gestão compartilhada dos serviços públicos de saneamento básico. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BORGES, Alice Gonzáles. O Estatuto jurídico das empresas estatais na Emenda Constitucional nº 19/98. *Revista de Direito Administrativo*, n. 217, p. 1-12, jul./set. 1999.

_____. *Temas de direito administrativo atual: estudos e pareceres*. Belo Horizonte, 2004.

_____. Os consórcios públicos na sua legislação reguladora. *Revista Brasileira de Direito Público*, Belo Horizonte, v. 3, n. 10, p. 55-78, jul./set., 2005a.

_____. Operações urbanas consorciadas: os consórcios intermunicipais como instrumentos de realização do estatuto da cidade. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 254, p. 27-30, jul./ago., 2005b.

_____. Consórcios públicos e estatuto da cidade. *Revista Zênite de Licitações e Contratos: ILC*, Curitiba, v. 13, n. 148, p. 495-503, 2006.

_____. A instrumentalização dos consórcios intermunicipais. *Revista Brasileira de Direito Público*, Belo Horizonte, v. 6, n. 23, p. 79-102, out./dez., 2008.

BRAGA, Douglas Gerson. *Conflitos, eficiência e democracia na gestão pública*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

BRASIL. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, Congresso Nacional, 21 jun. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 31 ago. 2011.

_____. Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, Congresso Nacional, 13 fev. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8987.htm>. Acesso em: 31 ago. 2011.

_____. Lei N. 9.307, De 23 De Setembro De 1996. Dispõe sobre a arbitragem. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, Congresso Nacional, 13 fev. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9307.htm>. Acesso em: 31 ago. 2011.

_____. Emenda Constitucional n. 19, de 04 de junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, Congresso Nacional, 4 jul. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm>. Acesso em: 31 ago. 2011.

_____. Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, Congresso Nacional, 30 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm>. Acesso em: 31 ago. 2011.

_____. Lei n. 11.107, de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, Congresso Nacional, 6 abr. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm>. Acesso em: 31 ago. 2011.

_____. Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, Congresso Nacional, 5 jan. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm>. Acesso em: 31 ago. 2011.

_____. Decreto n. 6.017, de 17 de janeiro de 2007. Regulamenta a Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, Congresso Nacional, 17 jan. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6017.htm>. Acesso em: 31 ago. 2011.

_____. Decreto N. 7.217, De 21 De Junho De 2010. Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, Congresso Nacional, 17 jan. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Decreto/D7217.htm>. Acesso em: 31 ago. 2011.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 1.144/03. Institui a Política Nacional de Saneamento Ambiental, define diretrizes para a prestação dos serviços públicos de água e esgoto, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/ordemdodia/integras/323895.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2011.

BRASILEIRO, Ana Maria. *O federalismo cooperativo*. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 39. p. 83-128, jul., 1974.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. Brasília: ENAP, 1998.

BRUNO, Reinaldo Moreira. Parceria público-privada nos municípios. *Revista de Direito Municipal*, Belo Horizonte, v.6, n. 17, p. 49-77, jul./set., 2005.

BUCCI, Maria Paula Dallari. *Direito administrativo e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAMPOS, Lilian Maria Salvador Guimarães. Consórcios públicos na administração pública brasileira: em busca de uma administração pública consensual. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2006

CANÇADO, Maria de Lourdes Flecha de Lima Xavier; SILVA, Leonardo Rodarte de Almeida. Consórcio público: instrumento de viabilização. *Forum de Contratação e Gestão Pública*, Belo Horizonte, v. 6, n. 69, p. 71-74, set. 2007.

CANDEIA, Remilson Soares. Consórcios públicos e convênios na administração pública. *Boletim de Licitações e Contratos*, São Paulo, v. 19, n. 12, p. 1101-1111, dez. 2006.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 4. ed. Coimbra: Almedina, 2000.

_____. *Constituição dirigente e vinculação do legislador*. 2. ed. Coimbra: Coimbra, 2001.

CARDOZO, José Eduardo Martins; QUEIROZ, João Eduardo Lopes; SANTOS, Márcia Walquíria Batista dos (Org.). *Curso de direito econômico*. São Paulo: Malheiros, 2006. v. 1.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Consórcios públicos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

CASSAGNE, Juan Carlos. *El acto administrativo*. Buenos Aires, 1974.

CASSESSE, Sabino. *Las bases del derecho administrativo*. Madrid: Instituto Nacional de Administración Publica, 1994.

_____. *La arena pública: nuevos paradigmas para el Estado*. In: _____. *La crisis del Estado*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 2003. p. 101-160.

CASTRO, José Nilo de. *Direito municipal positivo*. 14. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

CEREIJIDO, Juliano Henrique da Cruz. O princípio constitucional da eficiência na Administração Pública. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 226, p. 231-241, out./dez., 2001.

CHEVALLIER, Jacques. A reforma do Estado e a concepção francesa de serviço público. *Revista do Serviço Público*, Brasília, a. 47, v. 120, n. 3, p. 35-58, set./dez., 1996.

_____. *O Estado pós-moderno*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

CLÈVE, Clemerson Merlin. O cidadão, a administração pública e a nova constituição. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, a. 27, n. 106, p. 81-98, abr./jun., 1990.

CORREIA, José Manuel Sérvulo. *Legalidade e autonomia contratual nos contratos administrativos*. Coimbra: Almedina.

COSTA, Nelson Nery. *Direito municipal brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

COSTADELLO, Angela Cássia. A propriedade privada, o urbanismo e as parcerias público-privadas: transformações e perspectivas. In: GUIMARÃES, Edgar (Coord.). *Cenários do direito administrativo*. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

COUTO E SILVA, Almiro. O princípio da segurança jurídica (proteção à confiança) no direito público brasileiro e o direito da administração pública de anular seus próprios atos administrativos, *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 237, p. 271-315, jul./set., 2004.

CUNHA, Rosani Evangelista. Federalismo e relações intergovernamentais: os consórcios públicos como instrumento de cooperação federativa. *Revista do Serviço Público*, Brasília, a. 55, n. 3, p. 5-36, jul./set., 2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Federalismo político e educacional. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). *Políticas públicas e gestão da educação*. Brasília: Líber Livro, 2006.

CUSTÓDIO FILHO, Ubirajara. *As competências do município na Constituição Federal*. São Paulo: Celso Bastos, 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Parecer sobre o projeto de Lei n. 3.884, de 2004, que institui normas gerais de contratos para a constituição de consórcios públicos*. 2004. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/revista/Rev_72/Pareceres/consorcio_DalmoAbreuDallari.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2010.

DAMIANI, Ernesto Sticchi. *L'attività amministrativa consensuale*. Milano: Giuffrè Editore, 1992.

DIAS, Solange. Possibilidades jurídico-institucionais dos consórcios públicos. 2006. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. *Do Direito Privado na Administração Pública*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. *Parcerias na Administração Pública*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; GASPARINI, Diógenes. Consórcios públicos e a nova lei 11.107/05. *Boletim e Licitações e Contratos*, São Paulo, v. 19, n. 5, p. 419-432, 2006.

DREYFUS, Jean- David. *Contribution a une theorie generale des contrats entre personnes publiques*. Paris: L'Harmattan, 1997.

DROMI, José Roberto. *Derecho administrativo*. Buenos Aires: Depalma, 1992.

_____. *Nuevo Estado, nuevo derecho*. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1994.

DURÃO, Pedro. Consórcios públicos: algumas reflexões face à lei 11.107/05. *Revista da Escola Superior da Magistratura de Sergipe*, Aracaju, n. 9, p.135-146, 2006.

_____. *Convênios e consórcios públicos*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2007

ELALI, André. O Federalismo Fiscal Brasileiro: algumas notas para a reflexão. *Revista Tributária e de Finanças Públicas*, São Paulo, ano 12, n. 69, p. 14, jul./ago. 2006.

ENTRENA CUESTA, Rafael. Consideraciones sobre la teoria general de los contratos administrativos. *Revista de la Administracion Publica*. Madrid, n. 24, p. 39-74, 1957.

ESCOLA, Hector Jorge. *Tratado integral de los contratos administrativos*. Buenos Aires: Depalma, 1977. v. 1.

ESTORNINHO, Maria João. *A fuga para o Direito Privado*. Coimbra: Almedina, 1996.

_____. *Réquiem pelo contrato administrativo*. Coimbra: Almedina, 2003.

FABRIZ, Daury Cesar. Federalismo, municipalismo e direitos humanos. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*. v. 77, n. 4, a. 28, p. 76-95, 2010.

FERNÁNDEZ, Tomás-Ramón; GARCÍA DE ENTERRIA, Eduardo. *Curso de derecho administrativo*. 9. ed. Madrid: Civitas, 1999. v. 1.

FERRARA, Rosario. *Gli accordi tra i privati e la pubblici amministrazione*. Milão: Giuffrè, 1985.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). *Políticas públicas e gestão da educação*. Brasília: Líber Livro, 2006.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Comentários à Constituição Brasileira*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

_____. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 1989.

FIGUEIREDO, Marcelo. O saneamento básico e o direito: uma visão dos principais problemas jurídicos. In: WAGNER JUNIOR, Luiz Guilherme da Costa (coord.). *Direito Público: Estudos em homenagem ao professor Adilson Abreu Dallari*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 511-520.

FISCHMANN, Adalberto A. et al. *Contrato-programa governamental rumo à gestão estratégica*. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 27. n. 1, p. 22-29, jan./mar., 1992.

FORTIN, Yvonne. (Dir.). *La contractualisation dans le secteur public des pays industrialisés depuis 1980*. Paris: L'Harmattan, 1999.

FORTINI, Cristiana. Encampação e caducidade: competência dos consórcios públicos e as agências reguladoras no Brasil. *A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional*, Belo Horizonte, v. 7, n. 30, p. 141-151, out./dez., 2007.

FRANÇA, R. Limongi (Coord.). *Enciclopédia Saraiva do Direito*. São Paulo: Saraiva, 1977

FRANCO SOBRINHO, Manoel de Oliveira. *Contratos administrativos*. São Paulo: Saraiva, 1981.

GARCIA OVIEDO, *Derecho administrativo*. Madrid, 1959. t. 1.

GAUDIN, Jean-Pierre. *Gouverner par contrat*. Paris: Presses de sciences politiques, 1999.

_____. *La action publique*. Paris: Presses de science politique, 2004.

GIANNINI, Massimo Severo. *Diritto amministrativo*. Milano, 1988.

GOMES, Marcos Correia. Os consórcios públicos na lei federal n. 11.107/2005. *Revista Zênite de licitações e contratos: ILC*, Curitiba, v. 13, n. 144, p. 119-129, 2006.

GONÇALVES, Pedro. *O contrato administrativo*. Coimbra: Almedina, 2003.

GORDILLO, Augustín. *La administración paralela*. Madrid: Civitas, 1995.

GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988*. 13. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

GUIMARÃES, Tatiana Cordeiro. O processo licitatório nos consórcios públicos instituídos à luz da lei n. 11.107/2005: aspectos controvertidos. *Forum de contratação e gestão pública*, Belo Horizonte, v. 8, n. 89, p. 39'-59, 2009.

HARGER, Marcelo. *Consórcios públicos na lei 11.107/05*. Belo Horizonte: Forum, 2007.

HESSE, Konrad. *A força normativa da Constituição*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1991.

HORTA, Raul Machado. *A autonomia do Estado-membro no direito constitucional brasileiro*. Belo Horizonte, 1964.

_____. Organização constitucional do federalismo. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, Belo Horizonte, ano 33, p. 28-29, 1985-86.

_____. As novas tendências do federalismo e seu reflexo na Constituição de 1988. *Revista do Legislativo*, Belo Horizonte, n. 25, jan./mar., 1999. In: <<http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=servico&diretorio=revistalegis&arquivo=revista&revista=25>> Acesso em: 02 nov. 2010.

_____. O federalismo no direito constitucional contemporâneo. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*. Ano 9, n. 4, p. 189-231, out./dez., 2001.

JELLINEK, Georg. *Teoría general del Estado*. Tradução de Fernando de Los Rios Urruti. 2. ed. México, D.F.: Companhia Editora Continental, 1958.

JÈZE, Gaston. *Principios generales del derecho administrativo*. Buenos Aires: DePalma, 1949. t. III.

JUSTEN FILHO, Marçal. Contratos entre órgãos e entidades públicas. *Revista de Direito Administrativo Aplicado*, Curitiba, a. 3, n. 10, p. 688-699, jul./set., 1996.

_____. *O direito das agências reguladoras independentes*. São Paulo: Dialética, 2002.

_____. *Teoria geral das concessões de serviço público*. São Paulo, Dialética, 2003.

_____. Novos sujeitos na administração pública: os consórcios públicos criados pela lei federal n. 11.107. In: OSÓRIO, Fábio Medina; SOUTO, Marcos Juruena Villela (coord.). *Direito administrativo: estudos em homenagem a Diogo de Figueiredo Moreira Neto*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

_____. *Curso de direito administrativo*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 13. ed. São Paulo: Dialética, 2009.

_____. *Parecer elaborado pelo professor Marçal Justen Filho, versando sobre a proposta legislativa de criação de consórcios públicos*. In: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/revista/Rev_72/Pareceres/consorcio_MarcalJustenFilho.pdf> Acesso em: 7 mar. 2009.

_____. *Parecer elaborado pelo professor doutor Marçal Justen Filho, versando sobre a minuta de anteprojeto da lei da política nacional de saneamento básico*, p. 50. Em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/revista/Rev_72/Pareceres/saneamento_complementar_MarcalJustenFilho_1.pdf> Acesso em: 20 mar. 2011.

KRELL, Andreas Joachim. Subsídios para uma Interpretação Moderna da Autonomia Municipal na Área da Proteção Ambiental. *Revista Interesse Público*, Sapucaia do Sul, v. 10, p. 27-42, abr./jun., 2001.

_____. *O município no Brasil e na Alemanha: direito e administração pública comparados*. São Paulo: Oficina Municipal, 2003.

_____. A constitucionalidade da regulamentação da lei de consórcios públicos, n. 11.107/05, por decreto presidencial. *Revista de Direito do Estado*, n. 5, p. 341-395, jan./mar., 2007.

LAUBADÈRE, André. *Administration et contrat*. In: LAUBADÈRE, André et al. *Pages de doctrine*. Paris: L.G.D.J., 1980. p. 239-352.

LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia geral*. São Paulo: Atlas, 1992.

LEAL, Roger Stiefelmann. Pluralismo, políticas públicas e a Constituição de 1988: considerações sobre a prática constitucional brasileira 20 anos depois. In: MORAES, Alexandre de. (Org.). *Os 20 anos da Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Atlas, 2009, p. 73-97.

LEWANDOWSKI, Ricardo Enrique. *Pressupostos materiais e formais das intervenções federal no Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Direito do Estado federado ante a globalização econômica. *Revista de Informação Legislativa*. a. 38, n. 151, p. 95-108, jul./set., 2001.

MAFRA FILHO, Francisco de Salles Almeida. A lei de consórcios públicos e a lei de concessões de serviços públicos. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 102, n. 386, p. 439-499, jul./ago. 2006a.

_____. Comentários finais à lei de consórcios públicos. *Forum de Contratação e Gestão Pública*, Belo Horizonte, v. 5, n. 50, p. 6750-6753, 2006b.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. *Regulação estatal e interesses públicos*. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

_____. A nova regulamentação dos serviços públicos. *Revista Eletrônica de Direito do Estado*, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n. 1, fev./abr., 2005a. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br>> Acesso em: 24 maio 2010.

_____. As parcerias público-privadas no saneamento ambiental. *Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico*, Salvador, n. 2, maio/jul. 2005b, p. 24. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

_____. Os consórcios públicos. *Revista Eletrônica de Direito do Estado*, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n. 3, jul./set., 2005c. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br>> Acesso em: 07/03/2009.

_____. Os consórcios públicos. O conflito. *Revista de Direito do Estado*, n. 2, p. 289-340, abr./jun., 2006.

MATIA PORTILLA, Francisco Javier. La cooperación horizontal: um impulso tan necesario como esperado. *Revista Jurídica de Castilla y Leon*, n. 23, p. 105-144, 2011.

MAURER, Hartmut. Elementos de direito administrativo alemão. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2000.

_____. *Direito administrativo geral*. 14. ed. São Paulo: Manole, 2006.

MAYER, Otto. *Derecho administrative alemán*. Buenos Aires: Depalma, 1949. t. I.

MEDAUAR, Odete. Serviço público. *Revista de direito administrativo*, Rio de Janeiro, n. 189, p. 100-113, jul./set., 1992.

_____. Convênios e consórcios administrativos. *Boletim de Direito Administrativo*, São Paulo a. 11, n. 8, p. 451-461, 1995.

_____. *Direito administrativo em evolução*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

_____. *Direito administrativo moderno*. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MEDAUAR, Odete; OLIVEIRA, Gustavo Justino de. *Consórcios públicos: comentários à lei 11.107/05*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocência Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 1991.

_____. *Direito Municipal Brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

_____. *Direito administrativo brasileiro*. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

MONCADA, Luis Cabral de. O problema do critério do contrato administrativo e os novos contratos-programa. *Boletim da Faculdade de Direito/Universidade de Coimbra*, Coimbra, n. esp., p. 585-637, 1979.

MOREIRA, Vital. *Administração autônoma e associações públicas*. Coimbra: Coimbra, 1997.

_____. *Organização Administrativa*. Coimbra: Coimbra, 2001.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Administração pública gerencial. *Revista de direito*. Rio de Janeiro, v. 2, n.4, jul./dez., 1998.

_____. *Apontamentos sobre a reforma administrativa*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

_____. *Curso de direito administrativo*. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006a.

_____. *Mutações do direito administrativo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

_____. Uma nova administração pública. *Revista de direito administrativo*, Rio de Janeiro, n. 220, p. 179-182, abr./jun., 2000.

_____. Mutações nos serviços públicos. In: WAGNER JUNIOR, Luiz Guilherme Costa (Coord.). *Direito público: estudos em homenagem ao professor Adilson Abreu Dallari*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 211-236.

_____. *Mutações do direito público*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006b.

_____. Políticas públicas e parcerias: juridicidade, flexibilidade negocial e tipicidade na administração consensual. *Revista de Direito do Estado*, n. 01, p. 105-117, jan/mar. 2006c.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Mudanças na estrutura da contratação brasileira. *Boletim de Licitações e Contratos*, São Paulo, v. 18, n. 10, p. 717-724, 2005.

MUNOZ MACHADO, Santiago. *Servicio Publico y Mercado*. Madrid: Civitas, 1998.

NEGRINI, Ricardo Augusto. Os consórcios públicos no direito brasileiro. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NUNES, Cleusio Santos. O município e os consórcios públicos no Brasil. *Revista Zênite: IDAF informativo de direito*, Curitiba, v. 7, n. 80, p. 755-768, 2008.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. *Contrato de gestão*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

_____. *Direito administrativo democrático*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de; SCWANKA, Cristiane. A administração consensual como a nova face da administração pública no século XXI: fundamentos dogmáticos, formas de expressão e instrumentos de ação. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 1., 2006, Manaus. *Anais...* Manaus: CONPEDI, Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/gustavo_henrique_justino_de_oliveira.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2011.

OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. A inconstitucionalidade da lei de consórcios públicos. *Forum de Contratação e Gestão Pública*, Belo Horizonte, v. 5, n. 49, p. 6605-6613, 2006.

PHILIPPE, Xavier. *Droit administratif general*. 2. ed. Aix-em-Provence: Librairie de L'Université, 1996.

PONTIER, Jean-Marie. *Les contrats de plan entre l'État et les régions*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

PORTO NETO, Benedicto. *Parecer sobre o projeto de Lei n. 3.884, de 2004, que institui normas gerais de contratos para a constituição de consórcios públicos*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/revista/Rev_72/Pareceres/consorcio_BenedictoPortoNeto.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2009.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. Convênios e protocolos de intenções face à Lei n. 8.666/93. *Estudos e pareceres jurídicos*, São Paulo, v. 5, p. 37-41, jan./dez., 1994.

REBOLLO, Luis Martín. Servicios públicos y servicios de interes general: la nueva concepción y operatividad del servicio público em el derecho administrativo espanõl. In: MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo (Coord.). *Uma avaliação das tendências contemporâneas do direito administrativo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 85-114.

REIS, José Carlos Vasconcelos dos. Os municípios no estado federal brasileiro. *Revista de direito administrativo*, Rio de Janeiro, n. 228, p. 149-176, abr./jun., 2002.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. *Comentários às leis das PPPs, dos consórcios públicos e das organizações sociais*. São Paulo: Saraiva, 2008.

RIVERO, Jean. *Direito administrativo*. Coimbra, 1981.

_____. *Curso de direito administrativo comparado*. Tradução de José Cretella Júnior. São Paulo: RT, 1995.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. *República e federação no Brasil: Traços Constitucionais da Organização Política Brasileira*. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

RODRIGUEZ DE SANTIAGO, José María. *Los convenios entre administraciones públicas*. Madrid: Marcial Pons ediciones jurídicas e sociales, 1997.

ROPPO, Enzo. *O contrato*. Coimbra: Almedina, 2009.

SALINAS, Natasha Schmitt Caccia. *Avaliação legislativa no Brasil: um estudo de caso sobre as normas de controle das transferências voluntárias de recursos públicos para entidades do terceiro setor*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, 2008.

SALOMÃO FILHO, Calixto. *Regulação e atividade econômica: princípios e fundamentos jurídicos*. São Paulo: Malheiros, 2001.

SÁNCHEZ NAVARRO, Angel J. Artículo 145: convenios entre comunidades autónomas. In: ALZAGA VILLAMIL, Oscar (Dir.). *Comentarios a la Constitución Española de 1978*. Madrid: Edersa, 1999. tomo XI.

SANTAMARÍA PASTOR, Juan Alfonso. *Fundamentos de derecho administrativo*. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramon Areces, 1988.

SANTIAGO, José María Rodríguez de. *Los convenios entre administraciones públicas*. Madrid: Marcial Pons ediciones jurídicas e sociales, 1997.

SANTOLAYA MACHET, Pablo. *Relaciones entre las Administraciones*. In: PENDAS GARCÍA, Benigno. (Coord.). La obra colectiva, *Administraciones Publicas e ciudadanos*. Barcelona: [s.n.], 1993.

SANTOS, Ângela Moulin S. Penalva. *Município, descentralização e território*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SANTOS, Lenir. Consórcio Administrativo Intermunicipal. *Boletim de Direito Municipal*, n. 1, a. 17, 2001.

SÃO PAULO. *Decreto 41446/96*. Dispõe sobre o Regulamento do sistema tarifário dos serviços prestados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP. Disponível em:

<<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=Decreto+Estadual+41.446+%2F96&s=jurisprudencia>>. Acesso em 20 maio 2011.

SÃO PAULO. *Decreto n. 50.667*, de 30 de março de 2006. *Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.183 de 29 de dezembro de 2005, que trata da cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas*. Disponível em: <http://www.daebauru.com.br/site2006/leis_decretos/DECRETO%2050.667.pdf>. Acesso em 20 maio 2011.

SÃO PAULO. *Decreto n. 52.469*, de 12 de dezembro de 2007. Altera a redação de dispositivos do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, que dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente, confere nova redação ao artigo 6º do Decreto nº 50.753, de 28 de abril de 2006, e dá providências correlatas. Disponível em: <http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/estadual/decretos/2007_Dec_Est_52469.pdf>. Acesso em 20 maio 2011.

SÃO PAULO. *Lei Complementar n. 1.025*, de 7 de dezembro de 2007. *Transforma a Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE em Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, dispõe sobre os serviços públicos de saneamento básico e de gás canalizado no Estado, e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91658/lei-complementar-1025-07-sao-paulo-sp>>. Acesso em 20 maio 2011.

SÃO PAULO. *Decreto n. 52.469*, de 12 de dezembro de 2007. Altera a redação de dispositivos do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, que dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente, confere nova redação ao artigo 6º do Decreto nº 50.753, de 28 de abril de 2006, e dá providências correlatas. Disponível em: <http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/estadual/decretos/2007_Dec_Est_52469.pdf>. Acesso em 20 maio 2011.

SÃO PAULO. *Decreto n. 53.027*, de 26 de maio de 2008. *Reorganiza a Secretaria do Meio Ambiente - SMA e dá providências correlatas*. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/arquivos/legislacoesambientais/2008_Dec_Est_53027.pdf>. Acesso em 20 maio 2011.

SCHMIDT-ASSMANN, John Eberhard. *La teoría general del derecho administrativo como sistema*. Madrid: Marcial Pons, 2003.

SÉRVULO CORREIA, José Manuel. *Legalidade e autonomia contratual nos contratos administrativos*. Coimbra: Almedina, 1987.

SILVA, Cleber Demétrio Oliveira da. Considerações sobre a futura regulamentação da lei geral dos consórcios públicos. *Revista do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 22, n. 39, p. 33-67, jan./jun., 2006.

SILVA, José Afonso da. *Comentário contextual à Constituição*. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

_____. *Curso de direito constitucional positivo*. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

SOUTO, Marcos Juruena Villela. *Desestatização: privatização, concessões e terceirizações*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000a.

_____. Gestão alternativa de serviços públicos. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 219, p. 179-203. jan/mar. 2000b.

_____. *Direito administrativo das parcerias*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

SUNDFELD, Carlos Ari (Coord.). *Direito administrativo econômico*. São Paulo: Malheiros, 2006.

_____. *Parcerias público-privadas*. 1. ed. 2. tir. São Paulo: Malheiros, 2007.

TÁCITO, Caio. *Direito administrativo*. São Paulo: Saraiva, 1975.

TREVAS, Vicente y Plá. A lei dos consórcios públicos como um novo instrumento de fortalecimento da federação brasileira. *Revista de Administração Municipal*, São Paulo, v. 50, n. 254, p. 7-14, jul./ago., 2005.

VIANA, Priscila Ramos Netto. A duplicidade de regimes jurídicos dos consórcios públicos em sua legislação reguladora e sua incompatibilidade em face do sistema jurídico vigente. *Fórum de Contratação e Gestão Pública*, Belo Horizonte, v. 6, n. 69, p. 52-67, 2007.

WAGNER JUNIOR, Luiz Guilherme Costa (Coord.). *Direito público: estudos em homenagem ao professor Adilson Abreu Dallari*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.